

# Olha eles lá outra vez

SÉRGIO AMAD COSTA

Caso prossiga esta indefinição quanto aos rumos da nossa economia, além de as empresas serem prejudicadas no Brasil, pois não conseguirão realizar nenhum tipo de planejamento, certamente nos sairemos mal, também, quanto ao nosso retorno à comunidade financeira internacional.



Está clara a necessidade de concluir, de vez, o acordo da nossa dívida externa, pois sem ele será praticamente impossível a recuperação da nossa economia. Porém, tudo indica, o ministro Gustavo Krause terá dificuldades em dar continuidade a esse processo de renegociação da dívida, pelo fato de que há toda uma trajetória de avanços que agora pode ser interrompida, devido à ameaça de retrocesso na política econômica.

Quando o ex-ministro Marcílio Marques Moreira, em se-

tembro, foi à reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, procurava obter o term-sheet (protocolo do acordo) com o comitê de bancos credores. Esse era, basicamente, o último passo para conquistar o acordo global com a comunidade financeira internacional.

Pois bem, naquela altura do campeonato, para conquistar-mos aquele protocolo era preciso o sinal verde do FMI e do governo norte-americano. E conseguimos esse apoio, mesmo sem termos cumprido algumas das metas estabelecidas no início deste ano, na carta de intenções ao Fundo. Ou seja, já estávamos com a segunda parcela da linha de crédito de US\$ 20 bilhões suspensa.

Só para se ter uma idéia, a meta estabelecida, com relação à inflação, já não poderia ser mais alcançada. Na carta de intenções assinalamos que o índice, em janeiro de 1992, seria de 26% e o de dezembro de 2%. Mas nada disso deu certo.

Em agosto, por exemplo, a inflação deveria ser de 8%, porém foi de 25,5%. O déficit no-

minal no setor público ficaria, no primeiro semestre, em Cr\$ 120 trilhões, porém foi da ordem de Cr\$ 170 trilhões, 40% acima do prometido.

Entretanto, apesar dos pesares, em setembro, tanto o FMI quanto o governo dos EUA apoiaram o Brasil, para a obtenção do term-sheet, pois julgaram que algumas metas do acordo com o Fundo tinham sido cumpridas e os elementos fundamentais do programa econômico ainda estavam em andamento, como, por exemplo, o fim da reserva de mercado e a redução das tarifas de importações.

Hoje, entretanto, a situação parece ser diferente devido à saída do ministro Marcílio, que, na verdade, fez o papel de avalista da dívida, e o ingresso do ministro Gustavo Krause. Há receio, lá fora, de que aconteça um retrocesso na política econômica brasileira, com adoção de medidas nacionalistas e protecionistas.

Portanto, caso permaneça esse clima, certamente, na próxima negociação com o FMI, para a revisão da carta de intenções, os credores não serão tão flexíveis como fo-

ram em setembro, quando nos apoiaram para a obtenção do protocolo do acordo com os bancos privados. Faz sentido essa interpretação, pois o que vem pautando a economia do governo Itamar Franco é a ausência de definições quanto às vigas mestras da política econômica.

Em outras palavras, o discurso do Executivo tem apresentado dúvidas, por exemplo, sobre a privatização e a continuidade da abertura do mercado. As indefinições, tudo faz crer, prosseguirão até janeiro, após o julgamento de Collor. Agrava-se a situação quando se sabe que, hoje, Brasília, está sendo dominada novamente por muitos populistas, que somente louvaram o Estado e acusam o lucro da iniciativa privada e o liberalismo como responsáveis pela miséria social. E nossos credores enxergam, facilmente, os que ameaçam com o retrocesso. Infelizmente, porém, muitos entre nós permanecem míopes, sem ver isso.

■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.